

Educação de Jovens e Adultos no Brasil: revendo alguns marcos históricos.



Unidade 01:

Educação de jovens e adultos- Alguns marcos históricos.

Professora : Elizabeth Serra Oliveira



Educação de Jovens e Adultos

- ▶ "Um cara que não sabe ler é um cego da vida", resume José Webson da Silva, 22, sobre sua própria condição. Meio sem jeito, ele fala de sua vida em busca das letras e dos números que faltam no dia a dia. Como tantos conterrâneos, ...
- ▶ - Veja mais em <https://www.uol/educacao/especiais/escolaridade-zero.htm#tematico-1?cmpid=copiaecola>



Conceito ampliado da EJA

- Abordamos a EJA numa perspectiva ampliada, que abarca tanto a alfabetização e a educação básica de adultos quanto às atividades voltadas para a profissionalização.
- “Educação de Jovens e Adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando a qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não escolar”.(Di Piero, 1999)



Educação de Jovens e Adultos

- Origem e a trajetória da EJA é marcada, no Brasil, por duas características:
- 1. EJA sempre destinou-se aos subalternizados da sociedade, ou seja, à classe trabalhadora;
- 2. Ao longo da história ela se constituiu predominantemente à margem do sistema regular de ensino.

Nos anos 1920-1930 há experiências importantes em educação de adultos. Dentre elas, destaca-se o ensino supletivo para adultos, organizado por Paschoal Lemme, durante a gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Instrução Pública do Distrito Federal, hoje município do Rio de Janeiro.

INSTRUÇÕES AOS PROFESSORES DE ENSINO SUPLETIVO

I. O PROFESSOR E A CAMPANHA DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Sr. Professor — Ao assumirdes a regência de uma classe de ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos, cumpris uma das mais belas tarefas de vossa missão de educador. Onde quer que trabalheis, nas cidades ou nos campos, estareis colaborando num grande movimento de redenção nacional e humana: antes de tudo, concorrereis para que milhares e milhares de nossos patrícios sejam chamados ao convívio universal, recebendo aquelas idéias e aquêles princípios que estão na base de tôda condição humana, e que são de difficilima, senão de impossível aquisição, sem a aprendizagem da leitura; depois, estareis concorrendo, direta e decisivamente para a elevação do homem brasileiro, do cidadão de nossa pátria, do produtor de nossas riquezas, do defensor de nossa língua, nossas tradições e nossas crenças.

Contexto histórico a partir 1930

- De sociedade predominantemente rural, passamos para uma sociedade urbana, por conseguinte, da produção no campo para a produção na cidade; de um modelo econômico agrário-exportador para um modelo Urbano-Industrial.
- A Constituição de 1934 consolida o dever do Estado em relação ao ensino primário, integral, gratuito e de frequência obrigatória, **extensiva**, inclusive, aos adultos (Art. 150).
- Marco importante foi o censo realizado em 1940, onde pela primeira VEZ OFICIALMENTE temos o número de analfabeto no país:
- 55% da população brasileira, maior de 18 anos (Recenseamento de 1940). Nessa mesma época, o governo federal cria, pelo decreto n.º 19513, **o Fundo Nacional de Ensino Primário**. Esse decreto determina a concessão de auxílio federal ao ensino primário e estabelece que 25% destes recursos sejam aplicados em um plano geral de ensino supletivo, destinados para adolescentes e adultos analfabetos. **Esse procedimento marcou o início da institucionalização da educação de adultos pela União/Governo Federal.**

EJA através das campanhas:
1. *Ser brasileiro é ser alfabetizado*



Campanhas : *Ser brasileiro é ser alfabetizado*

A EDUCAÇÃO DE ADULTOS TORNA-SE OFICIAL

- Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945
- Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947)
- Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil com o apoio do Governo Federal (1961)



Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA)- (1947-1963)

- ▶ a educação dos adultos converte-se num requisito indispensável para “uma melhor reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância”, para desenvolver entre as populações marginalizadas o sentido de ajustamento social. A campanha significava o combate ao marginalismo, conforme pronunciamento de Lourenço Filho: “ devemos educar os adultos, antes de tudo, para que esse marginalismo desapareça, e o país possa ser mais coeso e mais solidário; devemos educá-los para que cada homem ou mulher melhor possa ajustar-se à vida social e às preocupações de bem-estar e progresso social. E devemos educá-los porque essa é a obra de defesa nacional, porque concorrerá para que todos melhor saibam defender a saúde, trabalhar mais eficientemente, viver melhor em seu próprio lar e na sociedade em geral (Paiva: 1984: 179).

Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA)

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural e o SIRENA – Sistema Rádio Educativo Nacional- (1947-1963).

- A CEAA teve seu período áureo entre 1947 e 1953. A partir de 1954 começou seu declínio, até que, em julho de 1958, foi realizado no Rio de Janeiro o 2º Congresso Nacional de Adultos, onde se reconheceu oficialmente o fracasso do programa, principalmente por seu caráter eleitoreiro.
- Na prática, ocorria uma alfabetização em três meses e o curso primário em dois períodos de sete meses; no período seguinte as ações voltavam-se para o desenvolvimento comunitário e para o treinamento profissional. Pretendia-se estimular o desenvolvimento social e econômico, através de um processo educativo que supostamente poderia promover a melhoria das condições de vida da população.
- Vale a pena ressaltar que as campanhas desapareceram em função da descentralização prevista na Lei de Diretrizes e Bases - LDB, de 1961. Particularmente, a CEAA e a CNER foram extintas em 1963, e sobre elas recai a crítica de que desvincular o conteúdo pedagógico da alfabetização do contexto econômico, social e política do País legitimava uma visão do adulto analfabeto como incapaz e identificado psicologicamente com a criança.

2. Educação de adultos e cultura popular: *ser educado é ser conscientizado.*

- Desde os anos 1950 define-se um novo cenário econômico e político no Brasil. No âmbito econômico, observa-se o aperfeiçoamento do processo de desenvolvimento, conhecido como de substituição de importações, tido como base do crescimento industrial do País; e, no âmbito político, destaca-se o início da participação política das massas. Era marcante nos grupos e movimentos que pensavam uma sociedade alternativa para o Brasil, e que ganharam força nessa época, a concepção da educação como instrumento de transformação da estrutura social, cujo objetivo deveria ser o de formar pessoas conscientes.
-
- Pretendiam todos a transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas do país, sua recomposição fora dos supostos de ordem vigente; buscavam criar a oportunidade de construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Além disso, fortemente influenciados pelo nacionalismo, pretendiam o rompimento dos laços de dependência do país com o exterior e a valorização da cultura autenticamente nacional, a cultura do povo. (PAIVA, 1983: 230).

Educação de adultos e cultura popular: *ser educado é ser conscientizado.*

Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho.

Paulo Freire

“ PENSADOR



Experiências de Educação de Jovens e Adultos mais expressivas ocorridas no Brasil pré-1964.

- 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro em 1958. A maioria das teses e as propostas feitas nesse Congresso abordam a melhoria da escola primária, como educação popular de crianças. Nesse momento já se fala também em escola supletiva para adultos.
- Movimentos de Bases:
- MCP – Movimento de Cultura Popular, no Recife;
- CPC – Centro Popular de Cultura, da UNE;
- De pé no chão também se aprende a ler;
- CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba,
- MEB – Movimento de Educação de Base, e Sistema Paulo Freire.

Maquete da campanha de Pé no chão também se aprende a ler. <https://www.youtube.com/watch?v=j5xpw6m1cvM>



3. O Movimento Brasileiro de Alfabetização – *Mobral: ser alfabetizado é saber ferrar o nome .*

- Educação de Adultos – alvo da repressão da Ditadura.
- De 1964 até meados de 1980, as experiências no âmbito dos movimentos sociais são proibidas e substituídas por iniciativas centralizadas pelo governo federal. Os acordos MEC/USAID, encerram a fase dos movimentos de educação e cultura popular. Intensifica-se o tecnicismo e o economicismo na educação, principalmente por meio da difusão da Teoria do Capital Humano, serão as marcas das experiências implementadas no período.
- O MOBRAL é criado pela LEI. 5.379/1967, embora o mesmo só comece a partir 1970, intensificando suas ações a partir de 1973, no governo MEDICI.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral:
ser alfabetizado é saber ferrar o nome .

**Pelo
amor de Deus,
ensine
alguém a ler.**

Se você é prefeito,
empresário, estudante,
você pode ajudar.
Se você dirige um
sindicato, uma organização
religiosa, uma associação,
você pode ajudar.
Então ajude.
O Mobral vai alfabetizar
7 milhões de brasileiros
até 1973.
E deixará este país sem
um analfabeto, em dez anos.
Isso tudo já começou.
O Movimento Brasileiro



de Alfabetização já está
funcionando em 457 cidades.
E está precisando de
sua ajuda.
Vá procurar o Mobral de
sua cidade e veja o que
você pode fazer.
Ou então escreva ao
Mobral, no Rio,
Rua da Imprensa, 10,
Edifício do Ministério
da Educação.
Mas, pelo amor de Deus,
dê uma chance a quem
nunca teve nenhuma.

MOBRAL
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

20 ANOS
1953-1973
ENTÃO ANOS

Iniciativa
das revistas
Abril
de apoio ao
Mobral.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral: *ser alfabetizado é saber ferrar o nome.*

Ajude o Mobral com segundas intencções.

Todo analfabeto é pobre. Consume pouco. Compra pouco.
Jamais um analfabeto será um bom cliente da sua empresa.
Você, como empresário, já deve ter percebido onde vamos chegar:
ajude o Mobral para ajudar a sua empresa.

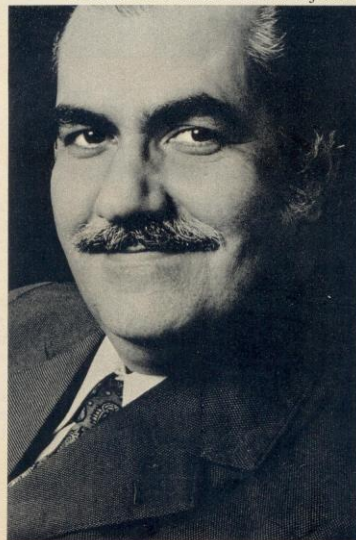
Pelos seus lucros futuros. Ajudar o Mobral traz outras compensações.

Pessoalmente, você tem a oportunidade de conviver com os líderes da sua cidade.

A começar pelo Prefeito, profissionais liberais, comerciantes, industriais. E isso é importante para você e para o seu negócio.

Ajudando o Mobral você reforça a boa imagem da sua empresa de maneira mais prática, direta e simpática do que mil coquetéis ou notinhas de viagem à Europa.

No fim das contas, como você depende do progresso do País para crescer, quem sai ganhando é você mesmo.



Ajude o Mobral da sua cidade com

TRABALHO: sendo recrutador, professor, monitor ou colaborando nos serviços de secretaria.

MATERIAL: cadernos, livros, blocos, tampões, lousas, tudo que for útil para as aulas.

RECURSOS: através de qualquer importância.

PROCURE A COMISSÃO MUNICIPAL DA SUA CIDADE

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral: *ser alfabetizado é saber ferrar o nome.*

**Se na sua casa
tem alguém que assina
assim, mostre este
anúncio para o seu pai.**



Quem assina assim
merece a mesma chance
que seu filho teve.
Ensine o primeiro
analfabeto que encontrar:
sua empregada, o
jardineiro, a irmã da
costureira, a costureira, a
manicure. Com o material
de alfabetização do Mobral,
você ensina qualquer
pessoa a ler e
escrever em 90 dias.

Se você ajudar, e se
todos ajudarem, em
dez anos ninguém mais
usará essa assinatura
ai acima.
Vá procurar o Mobral
de sua cidade, e veja
o que você pode fazer.
Ou então escreva
ao Mobral, no Rio,
Rua da Imprensa, 16,
Edifício do Ministério
da Educação.



MOBRAL
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

O Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral:
ser alfabetizado é saber ferrar o nome .



MOBRAL: 1967-1985

- Só mais tarde, em 1985, já no início da chamada Nova República, após 20 anos de regime militar, **o Mobral foi extinto e transformado na Fundação Educar**. Segundo Haddad e Di Pierro (1994), se, em muitos sentidos, a **Fundação Educar (1986-1990)** representou a continuidade do Mobral, deve-se levar em conta algumas mudanças significativas, das quais é digna de destaque a sua subordinação à estrutura do MEC e sua transformação em órgão de fomento e apoio técnico, ao invés de instituição de execução direta: “Houve uma descentralização das suas atividades, apoiando técnica e financeiramente iniciativas de educação básica de jovens e adultos conduzidas por prefeituras municipais ou instituições da sociedade civil” (p. 3).

A LEI DE DIRETRIZES E BASES 5.692/71. E A EJA?

- ▶ Como você tem percebido ao longo dessa caminhada, as leis configuram as tendências político-sociais dos grupos que detêm o poder de legislar. Assim, com a Lei 5.692/71, substituta da 4.024/61 – em vigência no início do período militar –, não será diferente. Ela traduz o pensamento hegemônico dos militares e também de alguns educadores cooptados pelo regime e solidários aos ideais das doutrinas desenvolvimentistas, de origem norte-americana.
- ▶ Elaborada a partir de um grupo designado pelo coronel e ministro Jarbas Passarinho e implantada praticamente sem discussão, com tempo definido para que o Congresso a aprovasse – em caso contrário, o seria por decurso de prazo – a Lei modifica a estrutura do ensino vigente até então. Buscava reduzir o acesso ao ensino superior, reorganizar o primário e o ginásial – em um único bloco, chamado primeiro grau – e profissionalizar o ensino secundário.
- ▶ Vejamos agora as razões. Primeiro, a Lei pretendia adequar o sistema ao mercado, com a qualificação de mão-de-obra emergencial e sem aprofundar a base científico-tecnológica.
- ▶ Uma mão-de-obra barata. E segundo porque, dessa forma, reduzia os gastos com a educação, ao reprimir a pressão social pelo ensino superior. Sobre isso, observe o que destaca Romanelli:
- ▶ A profissionalização do nível médio, portanto, era vista como a exigência que teria como resultado selecionar apenas os mais capazes para a Universidade, dar ocupação aos menos capazes e, ao mesmo tempo, conter a demanda da educação superior em limites mais estreitos (1998, p. 235).

A LEI DE DIRETRIZES E BASES 5.692/71. E A EJA?

- ▶ A 5.692/71, em seu artigo 24, destinado a essa modalidade de ensino, destaca que o mesmo terá por finalidade suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído na idade própria e proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte. Percebe-se ainda na lei, pela definição de idade mínima para exames no Supletivo – 18 anos para o primeiro grau e 21 anos para o segundo grau – o tipo de clientela que pretendia atingir. A EJA passa a ter, com a nova lei, uma abrangência especial ao ser regulamentada pelo Parecer 699/72, que define as funções de suprimento, suplência, qualificação e aprendizagem. Percebe-se, assim, a intenção do legislador de ampliar a escolaridade dos não escolarizados, por meio de cursos e exames e realizar formação profissional.

As experiências nos anos 1980/1990: “EJA. Qual identidade? ”

- A Constituição de 1988 declara que a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (Art. 205). Suas Disposições Transitórias estabeleciam um prazo de dez anos durante o qual sociedade e Estado deveriam convergir esforços em direção à superação do analfabetismo e à universalização do ensino fundamental, para cujos fins deveriam ser direcionados 50% dos recursos vinculados à educação. Essa legislação significou um avanço, visto que “firmou” uma intencionalidade política, estabeleceu uma meta, reconhecendo a necessidade de se instalar no plano dos direitos um caminho para superar a injustiça no plano social.



EJA nos anos 90

- ▶ Contraditoriamente, apesar de o MEC apresentar-se com um discurso favorável à Fundação, gradativamente **foi-se percebendo um processo de desmonte, até seu fechamento, em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello**. Com a extinção do órgão, a maior parte das atividades da EJA, no âmbito governamental, ficou praticamente suspensa, dada a precariedade de recursos, de incentivos e, mesmo, de apoio técnico. Sendo substituída pelo Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania(PNAC).
- ▶ Sobre isso, Di Pierro, no início dos anos 1990, chegou a denunciar: **“O que vem ocorrendo, porém é a progressiva indiferença pelo ensino de jovens e adultos na política educacional”** (DI PIERRO, 1992: 22).
- ▶ No Governo FHC a EJA passa para Comunidade Solidária – 1995, criada para substituir a LBA(Legião Brasileira de Assistência). Através do Programa Alfabetização Solidária(PAS).



► Referencias Bibliográficas:

► <http://forumeja.org.br>

► Ventura, Jaqueline, P. Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos. 2001, UFF, Rio de Janeiro.
<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/artigos/educacao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf>